

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Especial | volume 7 | edição nº 3 | 2018

*O nordeste asiático como eixo das
disputas hegemônicas: competição e
desestruturação da ordem regional*

Pedro Vinícius Pereira Brites

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

O NORDESTE ASIÁTICO COMO EIXO DAS DISPUTAS HEGEMÔNICAS: COMPETIÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DA ORDEM REGIONAL

Pedro Vinícius Pereira Brites¹

Resumo: A região do Nordeste Asiático destaca-se por sua singularidade geopolítica. É uma região na qual predominam atores cujas ações possuem alcance global, mesmo quando se trata da Coreia do Norte, o país mais pobre da região. Além da Coreia do Norte, as interações entre China, Rússia, Japão, Coreia do Sul, e Estados Unidos como potência extrarregional com presença militar na região, afetam a distribuição de poder no Sistema Internacional. A consolidação da China como Grande Potência reconfigurou a região e tem evidenciado o papel crucial que esse subsistema regional exerce para a polaridade no século XXI. Nos últimos anos, a consolidação do programa nuclear norte-coreano, a ascensão de Xi Jinping na China, a busca por reafirmação japonesa, a chegada de Donald Trump ao poder, reorientam as relações regionais. O presente artigo procura discutir as transformações na ordem regional no Nordeste Asiático desde o final da Guerra Fria até seus desdobramentos recentes e seus efeitos sobre as disputas hegemônicas. Assim, avaliam-se os processos que vêm ampliando a tendência à militarização e competição na região e o papel que a dissuasão nuclear exerce como fator determinante para o balanço regional.

Palavras-chave: Nordeste Asiático; Recomposição Hegemônica; Regionalismo

THE NORTHEAST ASIA AS THE AXIS OF HEGEMONIC DISPUTES: COMPETITION AND DISRUPTION OF THE REGIONAL ORDER

Abstract: The region of Northeast Asia stands out for its geopolitical singularity. It is a region dominated by actors whose actions are global in scope, even when it comes to North Korea, the region's poorest country. In addition to North Korea, interactions between China, Russia, Japan, South Korea, and the United States as an extra-regional power with military presence in the region affect the distribution of power in the International System. The consolidation of China as a Great Power has reconfigured the region and has highlighted the crucial role that this

¹ Coordenador e professor do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter). Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS) e do Laboratório de Estudos de Defesa e Segurança (LEDS). Email: pvbrites@gmail.com.

regional subsystem plays in polarity in the twenty-first century. In recent years, the consolidation of North Korea's nuclear program, the rise of Xi Jinping in China, the search for Japanese reaffirmation, reorient regional relations. This article discusses the transformations in the regional order in Northeast Asia from the end of the Cold War until its recent unfolding and its effects on the hegemonic disputes. Thus, are evaluated the processes that have been increasing the tendency towards militarization and competition in the region and the role that nuclear deterrence plays as a determining factor for the regional balance.

Keywords: Northeast Asia; Hegemonic Recomposition; Regionalism.

I. Introdução

O Nordeste Asiático é uma região que abarca duas das três maiores economias do planeta e possui dinâmicas securitárias que são indissociáveis dos desdobramentos da distribuição de poder em âmbito global. As particularidades que caracterizam as dinâmicas securitárias no Nordeste Asiático, em grande medida, derivam da persistência de questões mal resolvidas da Guerra Fria ou de processos históricos inconclusos. A cisão territorial na Península Coreana, as disputas marítimo-territoriais entre a maioria dos atores regionais e a questão de Taiwan são alguns símbolos desse cenário. A essas questões soma-se a presença ativa dos EUA na região, marcada pela manutenção de bases militares e cooperação securitária profunda com Japão, Coreia do Sul e, em menor medida, com Taiwan.

Embora o século XXI seja marcado pela desordem e a crise sistêmica, no Nordeste Asiático os padrões de cooperação e conflito ainda são marcadamente similares aos que pautaram a Guerra Fria, e nesse contexto, a dissuasão nuclear exerce papel estabilizador para as relações regionais. Por essa razão, a compreensão do fenômeno político e securitário das relações regionais articula-se em sentido mais amplo com o entendimento das dinâmicas que elevaram o Leste Asiático à condição de epicentro do capitalismo global e aos processos de discussão sobre as dinâmicas sistêmicas nas duas décadas do século XXI. No âmago dessas dinâmicas do Leste Asiático está a questão norte-coreana, que influencia diretamente na distribuição de poder entre as Grandes Potências, visto que desafia o regime de não-proliferação nuclear e sua legitimidade enquanto mecanismo de estabilização securitária.

O objetivo desse artigo é discutir o processo de transformação da ordem regional no Nordeste Asiático desde o final da Guerra Fria até seus desdobramentos recentes e seus efeitos sobre as disputas hegemônicas. Desse modo, o artigo conjuga elementos históricos e conjunturais para discutir o papel que o subsistema regional exerce no contexto de recomposição hegemônica. Para analisar esse cenário, essa pesquisa está estruturada em três seções, à parte da introdução e das considerações finais: uma discussão sobre o sistema regional e os aspectos geopolíticos do Nordeste Asiático; as dinâmicas regionais no pós-Guerra Fria; e, uma análise da situação regional na segunda década do século XXI.

II. O Nordeste Asiático: aspectos geopolíticos e considerações sobre o sistema regional

O Nordeste Asiático é uma região que abarca duas das três maiores economias do planeta e possui dinâmicas securitárias que são indissociáveis dos desdobramentos da

distribuição de poder em âmbito global. As particularidades que caracterizam as dinâmicas securitárias no Nordeste Asiático, em grande medida, derivam da persistência de questões mal resolvidas da Guerra Fria ou de processos históricos inconclusos. A cisão territorial na Península Coreana, as disputas marítimo-territoriais entre a maioria dos atores regionais e a questão de Taiwan são alguns símbolos desse cenário. A essas questões soma-se a presença ativa dos EUA na região, marcada pela manutenção de bases militares e cooperação securitária profunda com Japão, Coreia do Sul e, em menor medida, com Taiwan.

O sistema regional no Nordeste Asiático tem seu funcionamento diretamente vinculado às dinâmicas globais de distribuição de poder. A análise das dinâmicas regionais desse subsistema aqui desenvolvida baseia-se na abordagem regionalista, desenvolvida no período pós-Guerra Fria. Em grande medida, o estudo do regionalismo enquadra-se no processo de diversificação das categorias analíticas que marca o campo das relações internacionais nesse período. A perspectiva regionalista encontra respaldo na necessidade de que se estabeleça um trato epistemológico mais apurado sobre as regiões. Segundo Cepik (2010, p. 13),

O estudo comparado das regiões [...] está fundamentado na ideia de que é necessário pensar a especificidade do estudo das regiões, porém trabalhando com as variáveis já disponíveis no acervo da disciplina. [...] A explicação para a especificidade das ordens regionais (tratadas como variável dependente) é encontrada na análise da estrutura do sistema regional, na política doméstica dos Estados (formação de coalizões políticas domésticas) e na interação entre o sistema regional e global.

A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), nesse sentido, ofereceu embasamento para análise das dinâmicas regionais. Embora o enfoque recaia prioritariamente sobre aspectos securitários e minimize questões econômicas e sociais, por exemplo, a TCRS introduz a perspectiva que um conjunto de unidades, em uma área geográfica particular, estabelecem processos e dinâmicas de segurança interligados ao ponto de que os seus problemas securitários só podem ser entendidos ou tratados de forma conjunta.

Embora a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, desenvolvida por Buzan e Waever (2003), possua limitações reconhecidas pela literatura (WILLIAMS, 2008; CEPIK, 2010) – principalmente aquelas relacionadas à construção dos conceitos e das categorias analíticas – oferece instrumentos relevantes para a verificação dos padrões regionais de cooperação e conflito². Especialmente, no que tange à Ásia, a diferenciação rigorosa entre os distintos *status* de potência é fundamental para que se definam os padrões de interação entre os

² Aos estudos de Buzan e Waever (2003), soma-se uma gama de estudos como os de Kelly (2007), Lake e Morgan (1997), Lemke (2002), Nolte (2010), Fawcett (2004), Farrel et al (2005).

níveis regional e global. Afinal, o transbordamento dos efeitos securitários do Nordeste Asiático gera implicações efetivas para a distribuição de poder em nível global. O enquadramento das dinâmicas securitárias no Nordeste Asiático sob uma perspectiva regional, (e atualmente em termos mais amplos no que concerne à toda região asiática), é uma tarefa bastante complexa. Em grande medida, os efeitos múltiplos derivados das disputas no nível global das disputas entre EUA, China e Rússia fundem-se com as dinâmicas regionais na Ásia.

O fenômeno da regionalização se tornou mais significativo após o final da Guerra Fria. Isso se deve ao fim do *overlay* característico do período anterior, no qual as agendas de segurança das duas superpotências se sobrepunham às dinâmicas regionais. Desse modo, a polaridade acabava por condicionar as relações intrarregionais das unidades que compunham os *clusters*. Como superpotências, Buzan e Waever (2003, p. 34) definem como sendo aqueles Estados que possuem capacidades militares e políticas de “primeira classe”, e condições econômicas de sustentar essas capacidades. Portanto, são atores ativos nos processos de securitização e dessecuritização³ de todas ou quase todas as regiões. Tendo em vista que há uma assimetria em termos de capacidades e de projeção de poder entre os Estados mais poderosos no pós-Guerra Fria, para os autores, é fundamental distinguir superpotências de grandes potências, e essas de potências regionais, pois é justamente na interface das relações entre essas três categorias de Estados que se pode avaliar os perfis de um CRS. Assim, grandes potências não necessariamente precisam possuir grandes capacidades em todos os setores, o que as define é o fato de serem relevantes o bastante para serem consideradas eventuais superpotências. Já as potências regionais são as que definem a polaridade dentro do CRS. Elas não entram no cálculo da polaridade sistêmica. Essas categorias analíticas de potência estabelecidas por Buzan e Waever (2003) não permitem um enquadramento mais preciso dos atores regionais.

De modo mais amplo, a divisão dos Estados em categorias analíticas que estabeleçam relações de hierarquia entre eles está diretamente condicionada pela definição do que é poder e de que modo pode ser avaliado. Em sentido geral, essa definição passa pelo entendimento de que o poder é um conceito relacional, cuja essência estaria na condição de um Estado em fazer com que sua vontade prevaleça sobre as dos demais (ARON, 2002). Nesse sentido, dois aspectos centrais pautam a perspectiva do que define o poder de um Estado e, portanto, o alcance dos seus interesses e capacidade de projeção de poder, as capacidades materiais e

³ O termo securitização refere-se aos estudos de segurança, originados na Escola de Copenhague. Em termos gerais, vincula-se à perspectiva de que as ameaças que se tornam fatores incorporados pelos atores como questões securitárias são socialmente construídas.

imateriais (MORGENTHAU, 2003). Embora haja um debate extenso na literatura acerca das definições de poder e a relação com a política internacional, no escopo desse trabalho, a condição de grande potência, de ser um polo do Sistema Internacional, está assentada, no contexto da 3ª e 4ª Revolução Industrial, em três elementos centrais para a capacidade de projeção de poder além-região: “as capacidades estratégicas de segundo ataque, o comando do espaço e a inexpugnabilidade frente a ataques convencionais” (CEPIK, 2013a., p. 309). Importante ressaltar que esses fatores estão permeados por uma dimensão política, e não apenas militar. Nesse sentido, seria possível incluir os arranjos institucionais internos, o perfil diplomático dos Estados, a capacidade de articulação e estabelecimento de arranjos com outros Estados para fazer prevalecer seus objetivos. É a análise da conjunção desses fatores assentados em capacidades materiais que podem permitir a categorização dos países em grandes potências ou potências regionais, por exemplo.

No caso da Ásia, isso torna-se crucial para a compreensão das dinâmicas regionais. Por exemplo, o Japão é considerado por Buzan & Waever (2003) uma grande potência, contudo, considerando-se apenas o critério da potencialidade à condição de superpotência, essa classificação seria discutível. Principalmente pois o país não possui autonomia securitária. A Índia, por outro lado, embora ainda esteja vivenciando um processo de ascensão, estabelece sua inserção internacional em bases mais autônomas. No continente asiático encontram-se duas grandes potências (China e Japão) e um terceiro Estado (Índia), que está em transição da condição de Potência Regional para a condição de Grande Potência. Caso incluamos a Rússia como um ator que participa do concerto asiático, teríamos mais uma Grande Potência⁴. Ademais, há quatro Estados detentores de armas nucleares (China, Índia, Paquistão e Coreia do Norte), além de três Estados com programas nucleares bastante desenvolvidos (Japão, Coreia do Sul, Taiwan) que, embora sejam voltados para fins pacíficos, poderiam em caso de escalada das tensões militares da região serem reorientados rapidamente. Essa distribuição de poder e capacidades nucleares é bastante peculiar em comparação a outras regiões. A esse retrato dinâmico de capacidades soma-se o processo complexo de ascensão econômica que abrange a maioria dos países da região.

A presença militar dos Estados Unidos aparece como elemento definidor do padrão de cooperação e conflito prevalente no Nordeste Asiático. Nesse sentido, principalmente a partir da afirmação regional chinesa, com pretensões globais, a agenda político-securitária dos EUA

⁴ Tendo como base de Buzan e Waever (2003), em termos de Complexo Regional de Segurança, a Rússia não se enquadrar no subsistema asiático. Portanto, para fins desse trabalho, a Rússia também será considerada um ator com interesses estratégicos na região.

foi centrada no Nordeste Asiático. Por essa razão, o *overlay* da agenda de política externa dos EUA sobre as dinâmicas regionais é decisivo para a interação regional. Assim, é um subsistema caracterizado pela alta penetração da potência hegemônica.

Ao mesmo passo, as mudanças na polarização regional e nos padrões de cooperação-conflito afetam a polaridade. Os Sistemas Regionais são ontologicamente abertos, portanto suscetíveis aos efeitos extrínsecos (BUZAN e WAEVER, 2003). Em outros termos, as regiões operam em dois níveis: na articulação com as dinâmicas alheias ao próprio sistema; e no âmbito das interações e estruturas próprias que validam sua existência (KELLY, 2007). Dada as capacidades e o perfil dos atores que estruturam o Sistema Regional no Nordeste Asiático, alterações nos padrões hierárquicos entre as unidades regionais afetam o funcionamento da estrutura do Sistema. Dessa perspectiva deriva a singularidade do subsistema do Nordeste Asiático.

Nos últimos anos, o Leste Asiático tem enfrentado mudanças significativas na conjuntura política e securitária. Depois de um período de avanço no processo de integração regional, possibilitado pela emergência de governos progressistas na China (Hu Jintao (2003-2013)) e no Japão (Yukio Hatoyama (2009-2010)), a região entrou em uma fase de acirramento das tensões. Essas tensões que, grosso modo, iniciam com o incidente da corveta Cheonan⁵ em 2010, incluem os atritos em torno das ilhas Senkaku/Diaoyu e, até mesmo, a Manifestação Estudantil dos Girassóis em Taiwan (2014)⁶. Observa-se, assim, que o padrão de cooperação e conflito na região tem oscilado nos últimos anos.

O agravamento das tensões entre China e Japão contribuíram para a ascensão de governos com uma política externa mais assertiva, especialmente, se compararmos com os governos antecessores. Na China, a ala de Xangai⁷ retornou ao poder, na figura de Xi Jinping;

⁵ Em 26 de março de 2010, a corveta explodiu e afundou próximo à fronteira marítima com a Coreia do Norte. Uma investigação conduzida por uma equipe internacional de especialistas liderada pela Coreia do Sul e Estados Unidos, concluiu que Cheonan teria sido afundada por um torpedo lançado pela Coreia do Norte. Entretanto, investigações paralelas lideradas pela Rússia e China chegaram à conclusão de que a corveta afundou devido a uma mina sul-coreana. Esse evento acirrou as tensões na península coreana e acabou envolvendo os demais atores regionais em torno da resolução da questão.

⁶ O Movimento Estudantil dos Girassóis foi um movimento de protesto conduzido por uma coalizão de estudantes e grupos cívicos entre 18 de março e 10 de abril de 2014, contra o poder Legislativo, mais tarde, também contra o Poder Executivo da República de China (Taiwan). Os manifestantes protestaram contra a aprovação do Acordo de Comércio Serviço do Estreito (CSSTA) pelo Kuomintang, partido governista. Esse Acordo prevê a liberalização de comércio e serviços entre a R. P. China e Taiwan, recebe forte oposição dos setores separatistas de Taiwan.

⁷ O Partido Comunista Chinês é dividido em duas alas principais: a ala ligada à Juventude do Partido Comunista, que preza pela estabilidade social, via distribuição de renda e redução das disparidades regionais; e o “grupo de Xangai”, vinculado ao ex-presidente Jiang Zemin (1993-2003) e centrado no crescimento econômico acelerado, e na defesa de reformas com vistas a ampliar a capacidade competitiva de empresas chinesas (VISENTINI, 2011; MARTINS et al, 2014).

e no Japão, o primeiro-ministro Shinzo Abe, do Partido Liberal-Democrata (PLD)⁸, foi eleito. Esse panorama político afastou a possibilidade de estabelecimento da Comunidade do Leste Asiático reunindo China, Coreia do Sul e Japão. Além disso, esse acirramento foi acompanhado de uma reorientação da Política Externa do Estados Unidos para o Leste Asiático.

A política externa dos Estados Unidos para a região era orientada para a ampliação da presença na Ásia-Pacífico (PECEQUILO, 2009). Desde sua expansão histórica para o oeste, os EUA são um país que compõem o sistema regional da Ásia-Pacífico. Contudo, é a partir do aumento das tensões que ocorrem na segunda década do século XXI, que os Estados Unidos procuraram ampliar o número de bases militares na região – como demonstra a presença na Austrália, Filipinas e Cingapura (MARTINS et al., 2014). Segundo Martins et al (2014), nesse período os Estados Unidos adotaram uma estratégia militar tendo como norte uma conflagração com a China, lastreado no conceito de *Air-Sea Battle*⁹(MANYIN et al, 2012; ETZIONI, 2013; MARTINS e CEPIK, 2014).

A política dos Estados Unidos de balanceamento empreendida durante o governo Obama (2009-2016) abrange tanto a área securitária, como a política e a econômica. Enquanto o governo chinês investiu boa parte de seus esforços na consolidação do Fórum Regional da ASEAN (ARF, na sigla em inglês) como principal instrumento multilateral na resolução das questões securitárias, os Estados Unidos investem na Cúpula do Leste Asiático (EAS, na sigla em inglês). A EAS é, claramente, um espaço político no qual os Estados Unidos possuem uma maior margem de manobra e um maior número de aliados. Em termos econômicos, os Estados Unidos ampliaram seus esforços para viabilizar, naquele período, a Parceria Trans-Pacífica (TPP), excluindo a China do arranjo econômico multilateral.

Essa reorientação da inserção dos EUA na região vincula-se às consolidação da China como potência de alcance global. A busca chinesa por assegurar uma proeminência regional, materializada pela modernização de suas forças armadas e pela construção de uma rede de infraestrutura regional (projeto *One Belt, One Road* - OBOR) que conecta o país a Ásia Central e ao Oriente Médio, configuram o Nordeste Asiático como o epicentro do processo de recomposição hegemônica. Se a ascensão e consolidação da China são os propulsores dessas

⁸ O PLD, historicamente, adota uma política externa de alinhamento com os Estados Unidos e afastamento da esfera regional. Um grande expoente é o ex-primeiro ministro Junichiro Koizumi (2001-2006)

⁹ Segundo Martins e Cepik (2014, p. 15), “o conceito de Batalha Aeronaval, ou *AirSea Battle* (ASB), é definido nos Estados Unidos pela proposição de um ataque efetuado em profundidade, articulado em rede, integrando domínios cruzados (espaço, ar, mar), o qual pretende romper, destruir e derrotar a rede de radares, sensores, mísseis antiaéreos, capacidade antinavio, bem como as bases aéreas e navais do adversário”.

mudanças na configuração do poder global, a situação na península coreana tem sido um dos palcos principais das disputas estratégicas entre as Grandes Potências da região.

Dentro do contexto asiático, cabe destacar que a península coreana se encontra no coração do Nordeste Asiático que, por sua vez, é o principal motor da região da Ásia-Pacífico, visto que abriga 40% da população mundial e é responsável por cerca de 55% do PIB e 44% do comércio mundial (APEC, 2017). Desde o início do século XX, a península foi o principal teatro de transformações políticas que acabaram por alterar significativamente o ambiente regional. Nesse sentido, destaca-se o exemplo da Guerra da Coreia (1950-1953), cujos desdobramentos determinaram os rumos da Guerra Fria e das condições de emprego de armas nucleares. Além disso, os atuais atritos entre os dois vizinhos e os recentes testes nucleares empreendidos pela RPDC reforçam essa importância política e estratégica, visto que pautam a política externa e de segurança das principais potências mundiais para a região, especialmente da China. Segundo Martins et al (2014)

Enquanto a Ásia contém alguns dos maiores contingentes de tropas americanas no mundo, sendo o Japão o maior expoente, a China dificilmente desistiria de manter alguma influência sobre a Coreia do Norte, uma zona tampão natural para o acesso por terra pela Manchúria. Inegável, contudo, é o aumento da presença militar chinesa na fronteira com a Coreia do Norte (AVNI, 2014), que reforça a percepção de que, cada vez mais, a estabilidade na península é importantíssima para China. (MARTINS et al., 2014, p. 9)

Por essa razões, observa-se que o Nordeste Asiático é uma região central em termos geopolíticos e geoeconômicos para os desdobramentos das disputas hegemônicas. A condição dependente em termos securitários de Coreia do Sul e Japão, consolidada ainda no final da II Guerra Mundial, permitiu aos EUA manterem uma presença militar efetiva na região. A estratégia estadunidense, estabelecida no contexto do pós-II Guerra Mundial e da Guerra da Coreia (1950-1953), é ainda hoje a base para a manutenção de um equilíbrio favorável aos EUA na região, na medida em que viabiliza ofensivas contra qualquer possível candidato continental à potência hegemônica na Ásia Oriental, mesmo no século XXI (CEPIK 2004). Não é, portanto, menor a preocupação chinesa com estabilidade geopolítica na península coreana e com a manutenção de um regime aliado da Coreia do Norte (DINGLI, 2006), especialmente para evitar que o equilíbrio de poder na península se torne ainda mais desfavorável à sua segurança e favoreça uma possível ampliação da presença estadunidense na região.

Ao se analisar a região hoje, percebe-se que algumas das preocupações que nortearam as geoestratégias dos países ao longo do século passado ainda seguem valendo. Basicamente, existe uma desconfiança mútua, que dificulta o aprofundamento das tentativas de integração

regional; todos os países buscam fortalecer seu poder naval, de modo a fortalecer seu poder de dissuasão na região; e, a ingerência de potências extrarregionais condiciona e molda a interação entre os vizinhos.

A China tem experimentado ao longo dos últimos trinta anos um crescimento econômico vertiginoso. Esse fenômeno trouxe nova luz para as relações exteriores chinesas, especialmente no âmbito do Leste Asiático, e criou uma espécie de centro gravitacional regional (PAUTASSO, 2011), processo que reestruturou o ordenamento geopolítico. Isso decorre de duas razões básicas: o tamanho da economia chinesa não permite que os vizinhos adotem uma estratégia de isolacionismo, o que aumenta a interdependência entre eles; e o crescimento econômico foi acompanhado de um processo de modernização das Forças Armadas Chinesas¹⁰.

As disputas marítimas tendem a ser o cerne das preocupações dos países da região. Isso se deve a duas razões principais: uma de caráter geográfico, pois o Leste Asiático é, de forma geral, conectado pelos mares, sendo o poder naval o elo que os une, e que assegura a seguridade territorial; outra de caráter geopolítico, pois é pelo mar que majoritariamente se materializa a inserção internacional desses países – seja pelo fluxo de exportações e importações, seja pelo suprimento energético que sustenta os grandes parques industriais da região. Todos os países da região são importadores de energia, à exceção da Rússia.

As disputas pelas ilhas estão, igualmente, inseridas dentro do contexto de busca por recursos energéticos, já que muitos geólogos acreditam que as águas que cercam essas ilhas podem abrigar grandes reservas de petróleo e gás natural (MANYIN, 2012). A disputa por essas ilhas, que hoje envolve todos os atores da região – inclusive a Coreia do Norte, que tem reivindicações marítimas em relação à Coreia do Sul - tem como pano de fundo a luta, além da luta por fronteiras marítimas satisfatórias, a competição por recursos energéticos¹¹.

Desse modo, observa-se que o Nordeste Asiático é um espaço regional cujas interações são diretamente vinculadas às disputas no contexto de recomposição hegemônica. A proximidade geográfica entre atores com essas capacidades define as dinâmicas regionais como parte do processo de transformação na ordem internacional. Por isso, o comportamento dos Estados Unidos tem priorizado a região e a tornam objeto de alta penetração hegemônica.

¹⁰ Cabe lembrar que o Exército de Libertação Popular é uma das instituições mais importantes da política chinesa, sendo um grande fator, inclusive, de coesão social interna. Além disso, a ascensão chinesa não passou despercebida pelos Estados Unidos que tem buscado balancear o impacto chinês através do aprofundamento de antigas alianças como com a Coreia do Sul.

¹¹ O mar do Leste da China, por exemplo, é alvo de desacordo entre o China e Japão. Os dois países reclamam maiores domínios na plataforma continental que separa Okinawa do Continente. Desde os anos 1970, a China tem construído oleodutos e gasodutos mesmo dentro dos limites disputados. Já no início dos anos 2000, os vizinhos iniciaram a busca por um acordo que permitisse a exploração conjunta dos recursos submarinos, entretanto as disputas acerca das ilhas Senkaku/Diaoyu ficaram de fora do acordo.

III. As Dinâmicas Regionais no Nordeste Asiático no Pós-Guerra Fria

No cerne das reflexões sobre a Ásia reside o objetivo de avaliar os efeitos (securitários, políticos, econômicos e sociais) das rupturas e alterações na ordem mundial desde a década de 1970 (1969-2007/8). Pode-se dizer que o processo desencadeado por essas rupturas e alterações ainda não está concluído, portanto ainda persistem decorrências oriundas desse processo. Mais do que isso, avaliar esses efeitos através da perspectiva asiática é central para a reflexão acadêmica sobre o assunto, visto que a Ásia é atualmente um dos centros dinâmicos do capitalismo. Somente o Nordeste Asiático é responsável por cerca de um quarto da economia mundial¹² (BANCO MUNDIAL, 2018). Além disso, a região está diretamente vinculada às disputas relacionadas à geopolítica do petróleo, fator que está relacionado às quatro fases de ruptura como será visto a seguir.

Essas rupturas levaram ao desmoronamento dos pilares da Era de Ouro (1945-1975) do capitalismo (HOBSBAWM, 2010) e moldaram a Política Externa e de Segurança das Grandes Potências, bem como alteraram as relações intra-asiáticas e da região com o mundo. Se, por um lado, criaram desafios para a estabilidade dos países da Ásia, por outro, abriram oportunidades para a inserção externa desses países e para a reformulação da governança regional. Grosso modo, essas rupturas podem ser agrupadas em quatro fases:

- a) a Doutrina Nixon (1969), a Guerra do Vietnã (1955-1975)¹³, o abandono do padrão-ouro (1971) e a primeira crise do petróleo (1973);
- b) segunda crise do petróleo (1979), crise da dívida externa nos países do terceiro mundo (anos 1980); e guerras (ou instabilidade política e social) nos Estados-Pino (Irã, Afeganistão, Vietnã, Polônia) – operacionalizando-se o conceito de Brzezinski (1987);
- c) a queda da URSS (1991), a globalização e o Consenso de Washington (1989); e
- d) crises do neoliberalismo, Guerra ao Terror, crise financeira (2007-8).

A soma dessas rupturas representou uma inflexão na evolução do capitalismo (VISENTINI, 2011; HOBSBAWM, 2010) e o início do declínio do arranjo político, econômico e social estabelecido no final da II Guerra Mundial. Em um primeiro momento, pois rompeu

¹² Esse percentual corresponde à soma dos PIB da República Popular da China, do Japão e da Coreia do Sul.

¹³ A Guerra do Vietnã ainda hoje constitui o mais longo envolvimento militar estadunidense. Apesar do envolvimento mais intenso ter iniciado a partir de 1965, com o desencadeamento da Operação de bombardeio aéreo denominada Rolling Thunder, anteriormente já havia o envolvimento de Forças Especiais e o apoio financeiro e logístico dado ao Vietnã do Sul (VISENTINI, 2006).

com o Sistema Bretton-Woods, segundo pois representou uma alteração no papel que era exercido pelos Estados Unidos desde o final da II Guerra Mundial. A adoção do padrão dólar-flexível deu aos EUA a condição de estabelecer o ritmo e o perfil do desempenho da economia mundial, através das variações nos fluxos de capitais (SERRANO, 2003; MILAN, 2012). Além disso, redefiniu as bases em que se assentavam a produção industrial (mudança do fordismo para o toyotismo). Cabe destacar que engendrou a condição do Nordeste Asiático tornar-se um novo núcleo orgânico do capitalismo, ou seja, assumir a condição de centro da economia capitalista. Assim, a região se juntou ao eixo Estados Unidos-Europa Ocidental nas posições mais altas da hierarquia da riqueza global.

Essas mudanças que são apresentadas nessa seção se inserem nos debates realizados pela Teoria da Estabilidade Hegemônica, cujo objetivo é avaliar o papel do hegemona como provedor de bens públicos internacionais e estabilizador da ordem internacional (GILPIN, 1981). Assim, as quatro fases de ruptura se inserem em um contexto mais amplo do que se definiria como um processo de erosão da ordem internacional construída no pós-II Guerra Mundial. Nesse contexto, a governança global vem passando por alterações profundas desde a gênese desse processo. Em grande medida, a ascensão da Ásia impacta, assim, na alteração da ordem internacional – seja alterando a balança de poder, seja afetando as estruturas hegemônicas que caracterizam o período de predomínio dos Estados Unidos.

III.1. Antecedentes Históricos: a alavancagem do Nordeste Asiático como centro do capitalismo global

A primeira fase, que abrange do final dos anos 1960 até 1979, tem como antecedentes uma série de eventos disruptivos na ordem regional. Assim, desde o final da Segunda Guerra Mundial, o continente asiático passou por transformações que se vinculam aos processos de desestruturação da ordem regional japonesa que estava estabelecida desde o início do século XX. A expansão japonesa na Ásia que iniciou ainda no final do século XIX teve influência decisiva na geopolítica asiática após a II Guerra Mundial. Em uma dimensão, pois é da resistência à ocupação japonesa que nascem os movimentos de resistência, em sua grande maioria comunistas. Em outro sentido, o mandato colonial japonês estabeleceu mecanismos de governança que acabaram por implicar na transformação das relações regionais. Desse processo, a divisão na península coreana talvez seja o maior exemplo. Mais do que isso, a brutalidade da ocupação japonesa configura-se como um marco na edificação de um sentimento de resistência ao colonialismo no Leste Asiático.

Observa-se, assim, que atuação do Japão como potência regional teve papel balizador nas dinâmicas asiáticas. Esse poder gravitacional exercido estruturou a ordem regional, e determinou em grande medida os efeitos geopolíticos que redefiniram a região após a Segunda Guerra Mundial.

A essas mudanças no plano regional somam-se as transformações que se vinculam à dissolução da ordem colonial no terceiro mundo. Esse processo de ruptura com a ordem internacional que prevalecera desde o século XIX teve um efeito revolucionário na geopolítica global. A ética da ordem internacional foi refundada sob a liderança de Washington. Nesse contexto, tanto Estados Unidos quanto União Soviética foram artífices do processo da desestruturação colonial¹⁴. A constituição da nova ordem internacional, assentada na bipolaridade sistêmica de um lado e, de outro, na reformulação das fronteiras em quase todos os continentes, engendraram uma nova dinâmica de interação entre as unidades do sistema. A Ásia foi um dos palcos prioritários dessas mudanças. Desse cenário, emergem novas dimensões geopolíticas (redefinições territoriais) e sociais (arranjos sociais e elites políticas) na região e que viriam a constituir o motor das transformações profundas que acontecem no continente nos anos subsequentes à II Guerra Mundial. O processo de descolonização na Ásia é, portanto, um dos elementos fundadores dessa nova fase das relações regionais. É dos desdobramentos desse movimento que emergem padrões de cooperação-conflito que viriam a definir as interações entre os atores regionais durante a Guerra Fria, cujos reflexos se observam até hoje.

Em termos econômicos, o final da II Guerra Mundial marca a afirmação comercial e financeira dos Estados Unidos em âmbito global e consolidação do dólar como moeda-chave da economia mundial (MEDEIROS e SERRANO, 2016). A consolidação do enquadramento da economia mundial aos interesses dos EUA condicionou a inserção internacional dos demais Estados. Nesse sentido, aqui se intercambiam duas esferas: finanças e geopolítica. A assimetria econômica entre os EUA e as demais unidades do Sistema Internacional no imediato pós-guerra permitiram a materialização de um abismo material no campo militar, de modo mais grave entre o centro e a periferia. Essa nova geometria da riqueza e do poder mundial, alicerçada em três macrorregiões (bloco ocidental, bloco socialista e o terceiro mundo) que se distinguiram quanto ao nível de hierarquização, marcou o estabelecimento de uma nova dimensão de governança, baseada no exercício da violência em guerras locais, na periferia do sistema (MARTINS,

¹⁴ A guerra acelerou o ocaso do colonialismo, dada a erosão do poder dos impérios coloniais. Entretanto, a convergência de interesses entre EUA e URSS no que tange à necessidade da descolonização constitui-se como elemento propulsor dos movimentos nacionalistas e comunistas que lutavam pela independência nas regiões periféricas.

2008)¹⁵. Essa transferência do eixo de disputas para a periferia é efeito do advento das armas nucleares e da paridade estratégica que se consolida ao final da década de 1940.

A Guerra da Coreia balizou as relações entre as Grandes Potências do Leste Asiático nas décadas subsequentes. Foi um dos episódios mais sangrentos da Guerra Fria. A conflagração na península coreana é uma referência na afirmação de um novo mecanismo de interação entre as Grandes Potências. É a partir da experiência da Guerra da Coreia que o padrão de disputas entre EUA e URSS foram centrados nas disputas materializadas nas guerras locais (regionais). Assim, o padrão de mediação, as disputas de poder entre EUA e URSS tinham seu eixo central deslocado dos palcos geopolíticos centrais, próximos ao *heartland*, e concentravam-se nas bordas da Eurásia. A mediação, portanto, tinha no exercício da violência um dos seus estandartes. Contudo, com o advento das armas nucleares e o subsecutivo temor da guerra de extermínio, o enfrentamento era indireto, no qual, à medida que uma das potências estivesse diretamente envolvida, a outra se abstinha da participação expressa. Essa configuração foi efetivamente afirmada quando houve o desenvolvimento dos Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM) e das bombas de fusão (termonucleares), ambos dispositivos que ampliaram o poder de destruição e diminuíram a assimetria estratégica entre Moscou e Washington (ARON, 2002). Contudo, a Guerra da Coreia foi o protótipo do perfil de guerra e dos mecanismos de manutenção do equilíbrio de poder no Sistema Internacional durante a Guerra Fria.

A Revolução chinesa e a Guerra da Coreia redimensionaram a geoestratégia dos EUA. A derrota virtual diante de países subdesenvolvidos, recém colonizados, evidenciaram a necessidade de estruturar uma defesa avançada na região. Segundo Ribeiro (2013),

A China revolucionária faria gravitar o continente asiático para a descolonização acelerada, fornecendo bases de retaguarda e alento para os nacionalistas e socialistas. Sua defecção do bloco de poder hegemonizado pelos norte-americanos provocaria uma reação dos EUA em relação aos países colonizados. Onde a segurança estratégica não estava em jogo, haveria o apoio para a implantação do autogoverno (através de pressões sobre as metrópoles) e onde uma “burguesia nativa confiável” é inexistente, haveria o apoio às metrópoles para a aniquilação das forças revolucionárias e a preparação da independência controlada em aliança com os conservadores locais no quadro da Guerra Fria. (RIBEIRO, 2013; p. 150)

O projeto de desmontar por completo as estruturas econômicas dos países do Leste Asiático teve de ser abandonado. Optou-se por uma política fundamentalmente oposta, calcada

¹⁵ O conceito de Guerra Local diz respeito a uma conflagração restrita geograficamente. Todavia, a dimensão do conflito no que tange à intensidade permanece em aberto.

no estímulo ao crescimento econômico, contando com grande suporte dos governos desses países, bem como das elites econômicas que já se destacavam desde o período anterior à II Guerra Mundial. No Japão, esse processo foi especialmente simbólico. Já durante a Guerra da Coreia o país serviu como plataforma para a intervenção da ONU na península. Assim, em que pese a presença militar dos EUA no território japonês, ratificada pelo Tratado de São Francisco (1951), Tóquio torna-se o pilar da geoestratégia dos EUA. Desse modo, abre-se caminho para o desenvolvimento econômico japonês, consolidado pela Doutrina Yoshida (1946-1947; 1948-1954), no imediato pós-Guerra. Cabe destacar que o crescimento japonês esteve diretamente atrelado ao acesso favorecido ao mercado estadunidense (tecnologia e exportações) e à crescente integração com as economias de Coreia do Sul e Taiwan. Desse modo, não se pode entender o processo de crescimento econômico japonês como um milagre, mas sim como efeito da nova configuração geopolítica do Nordeste Asiático.

A formação de novos núcleos de acumulação de capital no Leste Asiático é uma alteração na dinâmica do capitalismo global. Implica na alteração do eixo da economia mundial, que paulatinamente migra do centro do Atlântico Norte para a Ásia. Essa alteração no núcleo orgânico do capitalismo – entendido como o agrupamento de Estados que ocupam um lugar dentre as posições mais altas na hierarquia global de riqueza e que determinam os rumos para a acumulação de capital para os demais Estados (ARRIGHI, 1997) – entretanto, não foi acompanhada nessa primeira fase de uma transformação na distribuição de poder militar. Ademais, esse processo de desenvolvimento asiático foi desigual entre os Estados asiáticos e não necessariamente representou uma efetiva diminuição do abismo econômico que existia entre os países da região e as economias centrais. Todavia, é o começo de uma alteração nos fluxos econômicos globais que possibilitaram a afirmação japonesa e, posteriormente, o crescimento chinês.

Esse processo de ascensão asiática se caracteriza pela vinculação entre os diversos processos nacionais de desenvolvimento econômico. Em grande medida, o Japão exerceu desde sua atuação colonial uma força centrípeta na região. Seja por suas limitações geográficas, que o impulsionavam a adotar uma postura expansionista, seja pelo papel que tinha dentro da geoestratégia dos EUA na Guerra Fria, Tóquio assumiu um papel vertebrador das relações regionais. Esse caráter da atuação japonesa, nos anos 1960, foi baseado no sistema de subcontratação. Para Arrighi (1997),

Esse sistema é o sistema de subcontratação de múltiplas camadas que teve origem no Japão e se expandiu prodigiosamente, desde o final da década de 1970, até abranger um número e variedade crescentes de localidades do leste e sudeste da Ásia. As empresas capitalistas japonesas não são as únicas

empresas do núcleo orgânico que recorreram à subcontratação, nem a expansão do sistema de subcontratação, centrado no Japão nas décadas de 70 e 80, se limitou ao leste e sudeste da Ásia. Entretanto, o sistema de subcontratação centrado no Japão tem características que o diferenciam claramente das práticas de subcontratação das empresas capitalistas de outras nações; uma dessas características é exatamente a pesada concentração de expansão japonesa no leste e sudeste da Ásia. (ARRIGHI, 1997; p. 66).

A Doutrina Nixon (1969)¹⁶ a qual preconizava um papel de maior responsabilidade aos aliados dos Estados Unidos nos custos de defesa, alterou decisivamente o panorama político-estratégico na Ásia. Pode-se dizer, dessa forma, que a Doutrina Nixon lançou as bases para o regionalismo na Ásia. Nesse período inicia a fase denominada “Era de Ouro” das relações do triângulo China-EUA-Japão, a qual encerrou-se com os protestos da Praça Tiananmen.

Em termos econômicos, a década de 1970, representou a desestruturação de um dos pilares do sistema Bretton-Woods. O abandono do padrão ouro e a adoção do padrão dólar-flexível deu aos Estados Unidos a capacidade de definir os limites do desempenho econômico da economia mundial, através do controle das variações nos fluxos de capitais (SERRANO, 2003; MILAN, 2012). Além das próprias dificuldades que o país enfrentava no plano interno, essas alterações promovidas pelos EUA ao longo da década de 1970 tem como origem as dinâmicas geopolíticas da Ásia.

Segundo Block (1977), pouco a pouco, os EUA foram rompendo com as regras estabelecidas no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Em um primeiro momento, apesar de ter gerado consequências graves para a economia mundial, essa ruptura não desestabilizou o sistema por completo, à medida em que lógica da Guerra Fria propiciava a manutenção de coesão dentro do bloco capitalista. Todavia, ao final da Guerra Fria as consequências desse processo iriam se agravar, principalmente, a partir do advento da crise financeira eclodida em 2007.

Para a Ásia, todavia, esse processo foi central para o fortalecimento do processo de subcontratação japonesa (desnacionalização da base industrial). Especialmente pela transferência de tecnologia que caracterizou esse processo e que indicava a formação de uma rede informal de divisão de trabalho na região. As principais características dessa rede de subcontratação são os aspectos geopolíticos ligados à regionalização do processo (centrado, especialmente, no sudeste e leste asiático) e o nível de estratificação das camadas de subcontratação, que funcionam de modo muito mais coordenado do que ocorre com as redes de

¹⁶ Conhecida igualmente como *Doutrina Guam*, foi anunciada em uma conferência de imprensa pelo então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon (1969-1974), em 1969.

subcontratação de empresas ocidentais, por exemplo (ARRIGHI, 1997). A valorização do iene ocasionada pela mudança perpetrada pelos Estados Unidos levou o país a deslocar suas indústrias cuja produção era de menor valor agregado (principalmente têxteis e componentes metálicos) para outros países da Ásia, tais como os do sudeste asiático, Taiwan e própria China. Tanto a China quanto os países do Sudeste Asiático, possuíam mão de obra barata e abundante, e alguns deles também apresentavam grandes reservas de recursos naturais. Embora as matrizes dessas empresas permanecessem no Japão, isso não evitou uma alavancagem do crescimento econômico dos países da região, fator que seria base da “asianização” da Ásia (CALDER; FUKUYAMA, 2012).

III.2 A desestruturação da bipolaridade e os efeitos para o Nordeste Asiático

A década de 1980, representou o início de um processo de reversão da “excepcionalidade asiática”, entendida como a aliança entre um Estado Nacional forte e as forças produtivas, o primeiro agindo de modo a proteger a economia (VISENTINI, 2011). Segundo Visentini (2011), o fim da “excepcionalidade asiática” diz respeito à imposição dos Estados Unidos de que os países da região se adequassem aos preceitos neoliberais, à defesa dos direitos humanos e da democracia. Essa mudança dos EUA, passando de uma relação especial para uma relação de uma imposição, se vincula de modo estreito com os desdobramentos da Guerra Fria. Os Estados Unidos, desde o final da década de 1970 – já se acreditava – tinham condições de estabelecer vantagem estratégica sobre a URSS na Europa, mesmo com o uso apenas de armas convencionais (MEARSHEIMER, 1982). A superioridade em relação à URSS levou os Estados Unidos a adotarem uma postura mais intransigente em sua política externa, o que refletiu em acirramento nas relações com a Ásia.

A partir das duas crises do petróleo (1973 e 1979) o Japão entendeu que era vital superar a dependência energética que o país possuía das fontes extrarregionais. Além disso, passou a procurar assegurar o abastecimento, a estabilidade das linhas comunicação marítimas. Assim, Tóquio passa a observar a estabilidade no sudeste da Ásia como parte integrante de seu entorno estratégico.

A atuação mais assertiva do Japão no sudeste asiático é reflexo também do processo de modernização chinesa. Desse modo, embora os dois países tenham fortalecido os laços diplomáticos durante a década de 1970, Tóquio passa a observar a China como um possível competidor no Sudeste Asiático. À medida que Pequim foi avançando no processo de reinserção

internacional, o Japão procurou alinhar uma estratégia de afirmação de um sistema regional centrado em Tóquio.

Esse processo gerou uma integração entre as dinâmicas político-securitárias do continente. Era um esboço da concepção da Ásia como um sistema integrado de “vasos comunicantes” – segundo o qual as alterações nos padrões de cooperação e conflito de determinado país ou região implicam em alterações na balança de poder do resto da Ásia (MARTINS et al., 2014)¹⁷. A Nova Guerra Fria, que caracteriza a segunda fase de rupturas, foi um processo de reação conservadora à primeira ruptura que marca o fim da era de ouro do capitalismo pós-II Guerra Mundial. Para o Leste Asiático, isso representou a convergência de forças disruptivas e conjuntivas. Em termos sistêmicos, avançava a pressão sobre o fortalecimento dos países da região, mas o regionalismo estruturado a partir do Japão emergiu como elemento capaz de assegurar resistência frente à onda conservadora de Washington.

Segundo Thompson (1985), essa nova fase da Guerra Fria foi efeito de uma enorme desestabilização do capitalismo nas regiões periféricas e semi-industrializadas na esteira das crises econômicas da década de 1970. É nesse contexto que se observa a desarticulação do movimento terceiro-mundista. Assim, os Estados periféricos perderam a condição de procurar alternativas autônomas diante da bipolaridade. Para o Leste Asiático, essa nova conjuntura incide diretamente sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelos países da região – modelo no qual o Estado atuava como o efetivo propulsor do desenvolvimento nacional e da construção de capacidades de poder.

Os EUA materializaram essa nova geoestratégia através da *Strategic Defense Initiative* (SDI)¹⁸ voltada a retirar a capacidade de segundo ataque da URSS, ou seja, privar Moscou do elemento que assegurava sua condição de Grande Potência. Cabe destacar que para a China e para a Coreia do Norte essa demonstração de força por parte dos Estados Unidos gerava implicações diretas, afinal a segurança desses países estava assentada na busca pela capacidade de dissuasão nuclear. Em grande medida, o equilíbrio de poder desde o final da Segunda Guerra Mundial advém da distribuição de artefatos termonucleares e da capacidade de segundo ataque (capacidade de estabelecer retaliação crível em caso de sofrer ataque nuclear). A perspectiva da “Destruição Mútua Assegurada” (MAD) foi o fiador do equilíbrio entre as superpotências. A estruturação da ordem internacional dependia, além da posse dos armamentos termonucleares,

¹⁷ Pode-se observar outros eventos que conectam as subregiões. O Irã isolado após a Revolução Islâmica, por exemplo, contou com o apoio econômico do Japão e com o assessoramento militar da Coreia do Norte (VISENTINI, 2014).

¹⁸ A SDI, também conhecida como Projeto Guerra nas Estrelas, era uma proposta para o desenvolvimento de um sistema de defesa missilística voltado a impedir um ataque de mísseis balísticos intercontinentais.

da capacidade de segundo ataque que podia ser lançado a partir de distintas plataformas. É a capacidade de segundo ataque o fiador para a condição de grande potência. A importância da posse dos armamentos nucleares pode ser evidenciada pela própria composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), cujos assentos permanentes estão distribuídos entre potências nucleares. Em outros termos, dizia respeito à posse de uma tríade operacional: mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), mísseis balísticos lançados de submarino (SLBM) e bombardeiros estratégicos (ÁVILA, CEPIK e MARTINS, 2009). A Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) tinha como objetivo central desenvolver capacidades defensivas antibalísticas. Embora o programa tenha sido abandonado posteriormente, foi um primeiro indicativo dessa nova perspectiva.

A esse processo, soma-se a pressão geoeconômica que Washington exerceu, principalmente, sobre o Japão. O Acordo de Plaza em 1985¹⁹ e a desregulamentação financeira acabaram por afetar diretamente o desempenho econômico do Japão. O acordo e a subsequente valorização forçada do Iene representam o fim da excepcionalidade do desenvolvimento asiático. Em outros termos, as condições geopolíticas que permitiram que os governos asiáticos tivessem condições de estabelecer uma estratégia de desenvolvimento liderado pelo Estado chegavam ao óbice.

Cabe destacar que o nível de pressão sistêmica sobre o Leste Asiático nesse período recaiu sobre a economia dos países da região. Em contraste com outras regiões, onde o fomento de conflitos de baixa intensidade foi a estratégia principal, a desestabilização da Ásia atingia o modelo de desenvolvimento dos países da região.

III.3. O Nordeste Asiático no Pós-Guerra Fria: dissuasão, não-proliferação e desafio neoliberal

O período pós-Guerra Fria marca a terceira fase de rupturas que desestruturaram a ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial. É a partir desse período que se observa um acirramento da política externa dos Estados Unidos para o Leste Asiático. É a fase da consolidação do processo de condenação da “excepcionalidade asiática” e de aumento da pressão hegemônica sobre o Leste Asiático.

¹⁹ O Acordo de Plaza foi assinado em 1985, e envolveu EUA, Japão, França, Alemanha Ocidental e Reino Unido. A partir do Acordo, o dólar foi depreciado frente ao Marco alemão e Iene. Entre 1985 e 1987, o dólar se valorizou em 40% frente às duas moedas (FRANKEL, 2016).

A dissolução da URSS e a obtenção de posição de superpotência vencedora da Guerra Fria permitiu aos Estados Unidos adotarem uma postura mais assertiva no plano internacional. Assim, a partir do governo de George Bush (1989-1993), os EUA consolidaram uma Grande Estratégia assentada na busca pela primazia, ou seja, de hegemonia (MONTGOMERY, 2014). O conceito de Grande Estratégia aqui adotado diz respeito ao alinhamento entre os objetivos políticos de longo prazo de um país e as capacidades materiais efetivas para efetivar esse projeto (PORTER, 2013). Na prática, isso representa a busca pela obtenção de uma capacidade não desafiável. Assim, a busca pela primazia estruturava-se – no imediato pós-Guerra Fria – através da dissuasão, da reafirmação (papel de fiador securitário de seus aliados e parceiros), da não-proliferação coercitiva (especialmente, a busca pelo impedimento da distribuição horizontal de armas nucleares) e da guerra preemptiva (através da promoção da democracia liberal) (PORTER, 2013; RONIS, 2013; MONTGOMERY, 2014). Através de uma presença militar global, estruturada através de uma rede de alianças permanentes e Estados-clientes, os EUA atuaram com vistas a materializar a condição hegemônica.

A esse contexto somaram-se transformações na esfera militar e no modo de empreender a guerra. Nesse sentido, a “Revolução nos Assuntos Militares” (RMA), o processo de digitalização da guerra e a doutrina de batalha aero-terrestre (*Airland Battle*) (SKINNER, 1988), cujo emprego fora observado na Guerra do Golfo (1991) configuraram-se como desafios às capacidades defensivas dos países do Nordeste Asiático (SKINNER, 1988). Especialmente para a China, cuja doutrina militar estava centrada na guerra popular e não estava adaptada à era da digitalização. Desse modo, a China passa a adotar uma postura de baixo perfil diplomático com vistas a manter a estabilidade regional e poder continuar seu processo de desenvolvimento econômico – base para uma modernização militar. A partir de então, a China passa a procurar a alteração de sua doutrina para “guerra limitada sob condições de alta tecnologia” (YAO, 1995).

A demonstração de poder incontestável que os EUA deram na vitória na Guerra do Golfo (1991) engendraram a possibilidade de que os EUA tivessem a condição de estruturar uma estratégia que oscilava entre a chantagem e a coerção em relação aos demais Estados. Essa postura foi assentada na construção de uma rede de regimes e instituições internacionais que buscavam disciplinar as demais unidades do sistema. Nesse sentido, destacam-se o regime de não-proliferação e o sistema econômico global. A pressão pela desestruturação de programas nucleares tornou-se um dos pilares da atuação dos EUA, o que gerou reflexos para o Leste Asiático especialmente na questão da Coreia do Norte. De outro lado, Washington defendeu a adesão do neoliberalismo econômico como o bastião da governança e estabilidade globais. O

mito da globalização e da pacificação pela interdependência se tornaram o conteúdo ético da liderança dos Estados Unidos. Washington não priorizou o Leste Asiático em termos geoestratégicos, entretanto houve reflexos imediatos para o ordenamento regional. No caso do Leste Asiático, três eventos simbolizam a adoção desse novo perfil: a) as negociações acerca do programa nuclear norte-coreano; b) o enquadramento definitivo do Japão à estrutura hegemônica de Washington; e pressão sobre a China sob a bandeira da defesa dos direitos humanos.

III.4 A quarta fase de rupturas e as alterações na geoeconomia global

A crise financeira asiática em 1997 inaugura a quarta fase desse processo de rupturas e alterações na ordem mundial. No caso da Ásia, os países mais afetados foram Coreia do Sul, Tailândia, Indonésia, Filipinas e Cingapura. Dentre esses países estavam aqueles mais integrados à economia dos EUA. A desvalorização das moedas locais, a fragilização do Estado nesses países aliada à desregulamentação abriu espaço para que o capital internacional tivesse condições de penetração nas economias asiáticas. Tendo em vista o modelo de desenvolvimento consolidado anteriormente, orientado pelo Estado, a crise tem um efeito geopolítico mais amplo do que apenas o efeito financeiro.

Em 1995, o modelo dos “gansos voadores”, responsável pela ascensão econômica da Ásia, entrou em declínio. Segundo Medeiros (2006, s/p), “a desvalorização do yen em relação ao dólar a partir de 1995 (cerca de 30% entre 1996-98) e a contração abrupta dos IDE japoneses vinculados às exportações asiáticas para terceiros mercados (principalmente os EUA) teve forte impacto na dinâmica regional”. Esses processos levaram à valorização das moedas dos países do sudeste asiático e a consequente perda de competitividade por parte dos países da ASEAN. A China, entretanto, cuja moeda (*yuan*) vinha se desvalorizando ocupou parte desse espaço e absorveu as exportações desses países.

A gravidade do impacto da crise, a percepção de que ocorrera em virtude da vulnerabilidade externa e que o alastramento pela região se deu pela interdependência econômica entre eles, conduziram à busca por uma solução conjunta. Esse quadro se reforçou dada à resistência dos Estados Unidos e do FMI em prestar socorro financeiro. Além disso, mesmo quando auxílio foi ofertado, tinha como pré-condições o abandono do modelo de crescimento econômico predominante na região, modelo centrado no papel do Estado na economia. Desse modo, se gerou uma resposta regional aos desafios da globalização. Esse processo, que pode ser definido como “asianização da Ásia” ou “afirmação asiática”

(FUNABASHI, 1993; HUNTINGTON, 1996). Assim, fóruns como o ASEAN +3 (1997) e a Iniciativa Chiang-Mai (2000)²⁰ indicaram avanço na *asianização* do continente. Em grande medida, esse processo de regionalização corresponde a endogeneização dos centros de decisão econômica nacionais (FURTADO, 1962) e reflete uma tendência regional centrípeta que se contrapõe às tendências fragmentadoras impostas pelas dinâmicas hegemônicas.

O que se observa no início do século XXI é uma tendência de aumento dos processos de regionalização como mecanismo para incrementar a capacidade de agência das unidades do Sistema Internacional no âmbito sistêmico. No caso asiático, essa tendência se materializou através da aproximação entre o Nordeste Asiático e ASEAN. Desse modo, a organização do Sudeste Asiático emergia como principal foro de interlocução regional. Ademais, em 2001, a partir da entrada do Uzbequistão, o Grupo dos Cinco de Xangai transformou-se em Organização para Cooperação de Xangai (OCX), ampliando o escopo de atuação que inicialmente era voltada para a construção de confiança mútua e redução de presença militar fronteiriça, passava agora a incluir temáticas como combate aos três males (terrorismo, separatismo e extremismo), ao tráfico de drogas e crimes transfronteiriços (SCO, 2018).

Segundo Kissinger (2011), a partir dos anos 2000, engendrou-se uma aliança entre China e Estados Unidos com vistas a combater o terrorismo logo após os ataques de 11 de setembro. No que tange ao Nordeste Asiático, a realização dos testes nucleares pela Coreia do Norte (2006, 2009 e 2013) colocaram a península coreana no centro das prioridades estratégicas das Grandes Potências (Estados Unidos, China e Rússia) para o Leste Asiático. Assim, a partir do governo Bush (2001-2009) observa-se uma guinada no lugar da Ásia na estratégia dos Estados Unidos. Se por um lado, ocorre uma articulação político-securitária com Pequim voltada ao combate ao terrorismo, por outro, Washington endureceu sua postura contra a Coreia do Norte, dificultando o processo de construção de confiança mútua na península que vinha avançando desde o estabelecimento da *Sunshine Policy*²¹ pelo governo sul-coreano. Em 2002, o célebre discurso do presidente Bush ratificou a nova postura dos EUA e minou os esforços para uma solução pacífica e de curto prazo para a questão nuclear. Naquele momento, Washington incluiu a Coreia do Norte no denominado “eixo do mal”, alegando que Pyongyang agia como patrocinador do terrorismo e como uma ameaça à instabilidade internacional.

²⁰ Firmada em 2000, entre os países da ASEAN+3, a Iniciativa Chiang-Mai tinha como meta principal estabelecer mecanismos de cooperação financeira, facilitação de acesso à recursos de emergência, acordos de swap cambial, proteção à especulação financeira. A iniciativa marca o início de um processo de construção de uma arquitetura financeira regional voltada a diminuir a dependência dos organismos internacionais como o FMI.

²¹ A *Sunshine Policy*, promovida por Seul, foi uma política de cooperação e reconciliação com o norte, e de apoio às iniciativas norte-coreanas de aproximação com Washington e Tóquio.

A partir da chegada Hu Jintao (2003-2013) ao poder, Pequim passa a assumir uma postura mais global nas suas relações internacionais. A partir da entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2001, o país procura ampliar os laços econômicos com outras regiões, especialmente América Latina e África (PIRES e SANTILLÁN, 2014). Como mote dessa efetiva internacionalização da economia chinesa, estava a ideia do “desenvolvimento pacífico”, da “ascensão pacífica”, ou seja, que a China era um país emergente, contudo procurava se estabelecer como potência responsável (ZHENG 2005).

Mais do que isso, o processo de consolidação da ascensão chinesa redimensiona a geopolítica e a geoeconomia mundial. Esse é um fenômeno que ocorre de dentro para fora, do plano regional para o global, mais intenso no epicentro regional, mas com desdobramentos para o alinhamento das demais regiões que se amplificam ao longo dos anos. A transformação de Pequim em um núcleo dinâmico da economia global impulsiona os demais países asiáticos a orbitarem em torno dos interesses chineses e a procurarem ajustar sua inserção internacional às relações com o país. A afirmação de Pequim é um fenômeno nacional mais do que um fenômeno regional. Afinal, a taxa de crescimento econômico do país foi superior não somente à taxa de crescimento econômico global, mas também superior à do Leste Asiático e à do Sul da Ásia. Pequim pôs em marcha também um plano de modernização militar que procura ampliar a eficiência, a qualidade e a tecnologia do Exército de Libertação Popular (ELP). A modernização inclui a aquisição de capacidades de A2/AD (Antiacesso/Negação de Área)²² desenvolvimento de mísseis balísticos, ampliação do alcance operacional, capacidades estratégicas e projeção de poder além de Taiwan.

A assimetria de poder (territorial, econômico e militar) entre a China e os demais países da região gera um reflexo duplo e paradoxal. De um lado, os vizinhos temem uma presença chinesa acentuada, com projeção de poder; cenário no qual Pequim procuraria se consolidar pela força como potência regional. De outro, se interessam pela presença acentuada da China como ator regional, pois o distanciamento em relação a Pequim poderia acarretar na perda das oportunidades econômicas, políticas e militares que a aproximação com o país oferece.

Esse quadro se acentua também em virtude da situação do Japão, que desde o final da década de 1980 perdeu o dinamismo de sua economia e capacidade relativa como polo regional.

²² As capacidades A2/AD são o conjunto de medidas e equipamentos que objetivam impedir que o inimigo penetre em determinada área operacional, tendo como alvo principal as forças aéreas e marítimas (longa distância). Além desse propósito, procuram, limitar a capacidade de atuação de forças inimigas em um teatro operacional específico (curto alcance) (KREPINEVICH, 2003).

O Japão respondeu a esse novo quadro adotando uma postura de alinhamento automático com os Estados Unidos. A partir da eleição do primeiro-ministro Junichiro Koizumi (2001-2006), Tóquio adota uma abordagem “globalista” em sua política externa. Sob essa perspectiva, o Japão passa a considerar China e Coreia do Sul como concorrentes diretos do Japão em termos de produção industrial. Assim, procura assegurar uma relação especial com os Estados Unidos como mecanismo para compensar o acirramento do cenário regional. Essa nova postura japonesa tem como ideário político e econômico a defesa da globalização e do neoliberalismo. Nesse sentido, o governo Koizumi procurou adotar reformas estruturais profundas, voltadas a reduzir a dívida pública e diminuir o papel do Estado na economia (MULGAN, 2013). Contudo, o Japão não conseguiu alterar a tendência de estagnação que a economia vinha enfrentando desde o final da década de 1980. Tóquio perdeu a condição de centro dinâmico da economia asiática, que paulatinamente foi sendo suplantada pela posição chinesa.

Diante desse quadro de perda de proeminência regional, o Japão procurou se enquadrar na agenda de segurança dos EUA. Para tanto revisou sua doutrina de emprego de forças, o que levou o país a se comprometer com o envio de tropas para a Guerra no Iraque em 2003, auxiliar logisticamente as tropas dos EUA no Afeganistão, bem como se colocou como guardião da segurança da Península Coreana para que Washington pudesse realocar efetivos para as guerras no Oriente Médio (SATO, 2004). Na trilha dessas mudanças que demandaram uma reinterpretação da constituição japonesa – que veda a possibilidade do uso da força extraterritorialmente, em 2010, o Ministério da Defesa japonês tornou públicas as novas Diretrizes do Programa de Defesa Nacional (NDPG). No NDPG, introduziu-se a perspectiva da “Forças de Defesa Dinâmicas”, com capacidades mais leves e móveis, capazes de promover “dissuasão dinâmica”, com capacidade de resposta mais rápida, além de defender a região sudoeste do país, onde se localizam as ilhas Senkaku – assim denominadas pelo Japão (MOD, 2017; SHOJI, 2011). Assim, Tóquio alterou a concepção de “Forças de Defesa Básicas” e de “dissuasão estática” que foram utilizadas ao longo da Guerra Fria, cujo objetivo era defender o país frente a uma possível invasão por parte da URSS e que priorizavam a quantidade de forças (SHOJI, 2011). Apesar dessas mudanças, a visão globalista empreendida pelo governo Koizumi e mantida nos governos de Shinzo Abe (2006-2007), Yasuo Fukuda (2007-2008), Tarō Asō (2008-2009), não conseguiu alavancar a economia do país. Assim, em 2009, Yukio Hatoyama (2009-2010), do Partido Democrático do Japão (PDJ), que defendia uma visão regionalista, voltada ao estabelecimento de um núcleo econômico integrado com a China, no qual o Japão seria o responsável pela produção de conhecimento, já que o país não conseguia mais competir em termos de produção industrial com o restante da Ásia, especialmente com a China.

A possibilidade de aproximação entre China e Japão (duas das três maiores economias do planeta), em um contexto de crise das economias centrais, gerou reações hegemônicas a esse processo. A eventual estruturação de uma Comunidade do Leste Asiático atingiria diretamente a geopolítica global e desafiaria frontalmente os objetivos dos Estados Unidos, tanto na região, quanto de forma mais ampla no âmbito do capitalismo global. Desse modo, a partir do final dos 2010, observa-se uma tendência de ampliação da pressão hegemônica sobre a região. Esse quadro levou ao aumento das tensões regionais e ao subsequente fracasso do processo de aproximação entre os vizinhos asiáticos.

IV. O Contexto Regional do Nordeste Asiático pós-crise financeira 2007-8: a nova ordem regional

A partir do governo Barack Obama (2009-2017), o Leste Asiático passa a ser prioridade na agenda de defesa dos Estados Unidos. Entretanto, Obama assumiu o governo em 2009, herdando como principal legado o envolvimento dos EUA na guerra do Afeganistão e na guerra do Iraque. Assim, em um primeiro momento, tendo em vista as dificuldades para desengajar o país desses conflitos, a prioridade de seu mandato em termos de política externa recaiu sobre o Oriente Médio e a Ásia Central. Em relação à Ásia, isso representou um distanciamento relativo, marcado pela chamada “diplomacia presidencial” (PECEQUILO, 2009). Assim, coube à então secretária de Estado Hillary Clinton o papel de conduzir mais diretamente os assuntos relativos à região. Do ponto de vista prático, a política externa e de segurança dos EUA para a região foi reativa. Portanto, foram mantidas as iniciativas principais que vinham sendo adotadas pelo governo Bush.

A reação imperial por parte dos Estados Unidos deriva de um quadro de avanço de processos de integração regional autônomos (América do Sul, Ásia e África), desvinculados de Washington, bem como o fortalecimento dos BRICS²³, dentre outras iniciativas que visavam a reforma da governança global, levaram a um questionamento acerca do equilíbrio internacional (se unipolar, bipolar ou multipolar) (CEPIK, 2013). Nesse contexto, a crise financeira iniciada em 2007 pode ser um elemento catalisador dessas rupturas e desequilíbrios.

A quarta fase de rupturas reforça a percepção de que esse é um processo cujos efeitos ainda são difusos e que se conecta com os eventos que se iniciaram ainda na década de 1970.

²³ Acrônimo que deu origem ao arranjo político entre Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul, cujo discurso esteve baseado na crítica à governança global liderada pelos Estados Unidos e na busca pela ampliação dos laços de cooperação sul-sul

A emergência da Ásia como polo de poder no Sistema Internacional, justificada pela condição de núcleo orgânico do capitalismo, é um processo que se vincula diretamente aos desdobramentos securitários, políticos, econômicos e sociais iniciados na primeira fase de rupturas. À medida que o Nordeste Asiático se estabeleceu como um centro do capitalismo, exportador de capital, obteve condições de se afirmar dentro do bloco hegemônico que compõe o rol das potências. Além disso, a afirmação econômica viabilizou o fortalecimento das capacidades materiais que dão sustentação à condição de Grande Potência, como no caso da China. É, nesse sentido, que há uma relação intrínseca entre o estabelecimento da região como um polo de poder e a ascensão capitalista por que passou nos últimos quarenta anos especialmente. Afinal, conforme afirma Paul Kennedy (1989), há uma relação umbilical entre tecnologia, poder e finanças e a condição de potência.

O conjunto de rupturas e alterações na ordem mundial observadas entre o pós II Guerra Mundial e a primeira década do século XXI, compõe um todo de estruturação e desestruturação da ordem estabelecida, bem como da transferência do núcleo capitalista para o Nordeste Asiático. Especialmente no período pós-Guerra Fria, a soma desses fenômenos resulta no estabelecimento de dinâmicas particulares, onde se sobrepõem estruturas pós-coloniais mal-definidas, dinâmicas mal-acabadas da Guerra Fria e das disputas típicas do processo de recomposição hegemônica em curso.

A segunda década do século XXI no Nordeste Asiático ficou marcada pela transição política em quase todos os Estados atuantes na região. À exceção da Rússia, onde não houve alteração no bloco governante, China, Japão, Coreia do Norte e Coreia do Sul passaram por mudanças nas lideranças políticas. Às mudanças no âmbito doméstico somaram-se as transformações na política externa e de segurança dos Estados Unidos para a região, que contribuíram para a gênese de padrões de interação distintos do que os que prevaleciam na Guerra Fria e na década de 1990.

No que tange às questões de política interna, as novas lideranças implicaram em alterações nos perfis de atuação desses países no plano regional. À parte das particularidades típicas de cada um dos Estados, em comum há o estabelecimento de medidas de afirmação nacional, voltadas ao reforço das capacidades de poder e da autonomia no plano externo. Esse é um processo que é bastante sensível nos governos Xi Jinping, Shinzo Abe, Kim Jong-Un e também na Coreia do Sul – apesar das rupturas políticas vivenciadas por Seul. Portanto, a similaridade desses processos evidencia que não se tratam de eventos isolados, e sim respondem a uma transformação mais ampla no padrão de interação entre os atores regionais.

A análise dos interesses estratégicos de cada uma das unidades que compõem o subsistema do Nordeste Asiático mostra que os Estados realizam um cálculo racional para atingir seus objetivos a partir do entendimento que estão inseridos em um ambiente multipolar.

Nenhum dos Estados do Nordeste Asiático não reconhece a hegemonia dos Estados Unidos no âmbito global. Os EUA continuam possuindo o “comando dos comuns” (POSEN, 2003), controla uma parcela significativa dos recursos ou capacidades que os Estados podem usar para alcançar seus objetivos, se destaca em termos de capacidades tais como tamanho da população e território, dotação de recursos, capacidade econômica, poder militar e competência organizacional-institucional (WALTZ, 1979; IKENBERRY, MASTANDUNO e WOHLFORTH, 2009). Contudo, no contexto regional, as estratégias adotadas partem do entendimento de que Washington não atua irrestritamente na região e nem tem condições de fazer valer seus interesses sem resistência ou sem ter que lidar com altos custos. Seja na esfera militar, securitária ou econômica, os EUA não são o único polo de poder no Nordeste Asiático. E isso não se deve a uma tendência de formação de balança de poder dos atores regionais no sentido de criar um contra-peso em relação aos Estados Unidos. Trata-se de um processo de transformação do quadro comparativo regional e da continuidade da trajetória de fortalecimento dos Estados da região.

Esse é um quadro que se desenha a partir do século XXI e se aprofundou na última década. A crescente alteração na distribuição das capacidades no plano regional, lastreado na trajetória ascendente da economia chinesa que impulsionou uma transformação mais profunda na economia regional está no cerne desse cenário. A despeito da desaceleração da economia chinesa, que chegou a atingir mais de 14% em 2007 e em 2015 e 2016 caiu para cerca de 6,9% (WORLD BANK, 2018), a tendência de crescimento manteve-se na maior parte da Ásia, principalmente nos países do Sudeste Asiático, o que impulsionou o aquecimento da economia no restante do continente.

Esse cenário vem promovendo a alteração nas distribuições de capacidades militares na região. Os países do Nordeste Asiático vêm investindo em projetos de modernização das suas Forças Armadas, especialmente de forças convencionais (IISS, 2018). O desenvolvimento de maior capacidade para a guerra convencional é dominante nas políticas regionais de defesa. Embora o aumento das tensões nos mares da China Oriental e do Sul da China, assim como na Península Coreana, possa ter favorecido o desenvolvimento de capacidades militares convencionais, os recentes desenvolvimentos militares devem ser vistos como a última fase dos programas de modernização da defesa a longo prazo. Portanto, não são apenas reflexo das recentes preocupações externas de segurança (IISS, 2018). Ou seja, se vinculam às mudanças

profundas na ordem regional. Entretanto, apesar de em 2017 ter havido crescimento em termos de gastos em defesa (cerca de 2,2%), foi menor que a média de 5% que vinha sido imprimida na última década. Não é possível observar se esse declínio indica uma reversão de tendência ou se é apenas conjuntural.

A presença militar dos Estados Unidos aparece como elemento definidor do padrão de cooperação e conflito prevalente no Nordeste Asiático. Principalmente a partir da afirmação regional chinesa, com pretensões globais, a agenda político-securitária dos EUA foi centrada no Nordeste Asiático. O estabelecimento do pivô asiático no governo Obama marca essa nova fase da política externa e de segurança dos EUA para a região. Por essa razão, o *overlay* da agenda de política externa dos EUA sobre as dinâmicas regionais é decisivo para a interação regional. Assim, é um subsistema caracterizado pela alta penetração da potência hegemônica.

Os atores regionais, portanto, moldaram sua política externa e de segurança condicionados pela presença assertiva dos Estados Unidos. Entretanto, os padrões estáticos de cooperação-conflito e de interação, típicos da Guerra Fria, vêm se alterando em virtude dessas mudanças no contexto regional. Em outros termos, o aumento da competitividade regional, a reconfiguração da correlação de capacidades materiais entre os atores com presença no subsistema regional e a redefinição das estratégias nacionais tem conduzido o Nordeste Asiático a operar em um sistema de alinhamentos flexíveis. Segundo esse sistema, os alinhamentos entre os países da região se alteram conforme a necessidade específica de cada contexto. Esse processo se torna mais agudo à medida que avança a reação conservadora dos Estados Unidos, especialmente no governo Trump com as sanções à China e ao aumento da assertividade de Pequim face ao aumento da pressão hegemônica.

V. Considerações Finais

No século XXI, especialmente a partir da segunda década, o continente vem vivenciando novas transformações estruturais. Essas mudanças dizem respeito à consolidação de um supercomplexo asiático. Ou seja, as dinâmicas securitárias dos subsistemas que compõem a região se interrelacionam, em um processo no qual alterações no equilíbrio de forças em uma sub-região afetam o equilíbrio de outra.

O avanço para as transformações dessas dinâmicas deve-se a uma série de modificações no contexto asiático: a) afirmação do processo de ascensão da China que passou a ser um ator presente do Oriente Médio ao Nordeste Asiático, o estabelecendo iniciativas de construção de infraestrutura regional, como a *One Belt, One Road*, que conectam fisicamente esses

subsistemas e ampliam a tendência à interrelação entre as sub-regiões; b) implementação da estratégia estadunidense de balanceamento da China, que possui um caráter geopolítico que vincula todas as dinâmicas regionais em um mesmo sentido de contenção das ações chinesas; c) ascensão da Índia à condição de potência regional que passa a atuar além da Ásia Meridional; d) reforço do nacionalismo japonês que tem procurado adotar uma estratégia global, aproximando-se do Sudeste Asiático e da Índia.

Esse supercomplexo é, portanto, tripolar, com a Índia juntando-se a China e Japão. A definição se o avanço do supercomplexo asiático levará a uma formação mais conflitiva ou se desencadeará um regime de segurança pode ser decisivo para averiguar se a China se tornará uma superpotência ou não. As transformações na formação do Complexo Regional de Segurança do Nordeste da Ásia são, assim, derivadas de impulsos endógenos e exógenos à região. Ou seja, a articulação entre o plano global e regional incide diretamente sobre as variações de relacionamento entre os atores regionais no Nordeste Asiático e desses com as regiões adjacentes. Diante desse quadro, a península coreana configura-se como um dos palcos de disputas estratégicas entre diversos desses atores proeminentes.

No âmbito do Nordeste Asiático, dada a preservação das características dos padrões de cooperação-conflito entre as unidades do Nordeste Asiático, assentadas no modelo tradicional de interação, estabelece-se um congelamento do *status quo*, o que transfere a arena de disputas securitárias para outras sub-regiões da Ásia, e como efeito secundário contribui para o aumento da securitização e da militarização observado na região na última década.

Portanto, as dinâmicas regionais do Nordeste Asiático conectam-se às discussões acerca do papel da dissuasão nuclear no século XXI. Mais do que isso, vinculam-se à análise das respostas que os Estados têm dado às alterações na polaridade no século XXI. Ao passo que o quadro de ameaças securitárias se amplia, tem havido uma crescente divergência no modo como os Estados percebem e reagem às crises ou conflitos. Essa divergência minou a credibilidade dissuasão nuclear como elemento fundamental para segurança estatal nesse novo cenário.

Além disso, a proliferação de capacidades assimétricas (o avanço da guerra híbrida, da guerra de quarta geração, a disseminação de capacidades A2/AD), o desenvolvimento de novos sistemas de "armas de destruição em massa" (armas de energia direta, hipersônicos), a evolução da cibernética e do uso do espaço, expandiram o escopo potencial de que sistemas podem servir como elemento de dissuasão.

Entretanto, o atual ciclo de modernização dos programas de sistemas de entrega e de ogivas, particularmente na China, na Rússia, e nos EUA demonstra que a dissuasão nuclear não perdeu relevância para a determinação da polaridade. O contexto estratégico do Nordeste

Asiático corrobora essa perspectiva. Além disso, a mudança na ênfase dada às armas nucleares nas doutrinas de segurança dos Estados (revisão da NPR pelos EUA, modernização dos sistemas de entrega na China baseada na *No First Use Policy* e a doutrina russa destacando cada vez mais a importância dessas armas) acrescenta mais uma camada de complexidade. Portanto, é provável que o domínio das armas nucleares permaneça como referência de estabilidade estratégica para as relações internacionais.

Por fim, observa-se que o Nordeste Asiático está no centro das dinâmicas globais de disputas hegemônicas. A análise dos interesses estratégicos dos atores regionais demonstrou que tem acontecido uma tendência de acirramento das relações regionais e de aumento de posturas nacionalistas. Assim sendo, os atores regionais têm procurado atuar mais independentemente, se desvinculando dos blocos a que pertencem. Por isso, contrariando a estrutura regional baseada em alianças previsíveis, para um sistema de alinhamentos flexíveis. Os processos geopolíticos e geoeconômicos que pautam as interações interestatais na região impactam sobre a distribuição de poder no âmbito global. Analisando-se a conjuntura, as recentes disputas entre Estados Unidos e China demonstram que a tendência à competição tem se aprofundado e o Nordeste Asiático é o palco prioritário dessas disputas geopolíticas.

IV. Referências Bibliográficas

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BUZAN, Barry. WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CALDER, Kent; FUKUYAMA, Francis. (Org.). **Multilateralismo na Ásia Oriental: perspectivas para a estabilidade regional**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

CEPIK, Marco. **Segurança Internacional: da ordem internacional aos desafios para a América do Sul e para a CELAC**. In: BONILLA, Adrian; ALVAREZ, Isabel [editores]. *Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica*, San Jose, 2013a.

CEPIK, Marco. Apresentação. In: MARTINS, José M. (Org.). **Q. Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2: estudos de caso de Política e Externa e de Segurança**. Porto Alegre: ISAPE, 2013b.

CEPIK, Marco; MARTINS, José Miguel Quedi. Defesa Nacional Antimíssil dos EUA: a lógica da preempção e suas implicações internacionais. In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.) **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. v. 1, p. 14-47.

CORDESMAN, Anthony H.; HESS, Ashley. **The Evolving Military Balancing in the Korean Peninsula in Northeast Asia**. Washington: Center for Strategic International Studies, 2013. Disponível em <<https://www.csis.org/analysis/evolving-military-balance-korean-peninsula-and-northeast-asia>>

CREUS, Nicolás. *El concepto de poder en las relaciones internacionales y la necesidad de incorporar nuevos enfoques*. **Estudios Internacionales**, vol.45, nº.175, Santiago ago,2013.

ETZIONI, Amitai. Air-Sea Battle: A Dangerous Way to Deal with China. In: **The Diplomat**, Washington, set. 2013. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2013/09/air-sea-battle-a-dangerous-way-to-deal-with-china/>>.

FIORI, José Luis. A transformação mundial e a ressurreição russa do século XXI. **Bresser Pereira Website**, São Paulo, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=7023>>.

_____. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. **Lua Nova**, São Paulo, n. 50, p. 207-235, jan./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextpid=S0102-64452000000200011>.

FURTADO, Celso. **A Pré-revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GOLDSTEIN, Joshua S. **Winning the War on War: The Decline of Armed Conflict Worldwide**. New York: Dutton/(Plume) Penguin, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IKENBERRY, G. John.; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C. *Introduction: Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences*. **World Politics**, volume. 61; Number 1, January 2009; pp. 1-27

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

KANG, David. **China Rising: peace, power, and order in East Asia**. New York: Columbia University Press, 2007.

KAPLAN, Robert. **A Vingança da Geografia**. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2013.

KATZENSTEIN, Peter J. **The Growth of a Semi sovereign State**. Philadelphia: Temple University Press, 1987.

KISSINGER, Henry. **World Order**. New York: Penguin Press, 2014.

_____. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KREPINEVICH, Andrew; WATTS; Barry; WORK, Robert. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington: Center for Strategic and Budgetary Assessments (CSBA), 2003.

MANYIN, Mark E. et al. **Pivot to the Pacific? The Obama Administration's "Rebalancing" Toward Asia**. Washington: Congressional Research Service, 2012

MARTINS, José M. Q. et al. Nova Conjuntura Na Ásia: da Comunidade do Leste Asiático à Competição Estratégica. **Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 5, nº. 24, Jun/Jul 2014.

MARTINS, José Miguel Q. **Digitalização e Guerra Local**: como fatores de equilíbrio no Sistema Internacional. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2: estudos de caso de Política e Externa e de Segurança**. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), 2013.

MEARSHEIMER, John J. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, Philadelphia, v. 105, n. 690, pp. 160-162, Apr. 2006.

_____. Maneuver, Mobile Defense, and the NATO Central Front. **International Security**, Cambridge, 1982, v. 6, n. 3, p. 104-122, winter 1981/82.

MICHISHITA, Narushige. North Korea's 'first' nuclear diplomacy, 1993–94. **Journal of Strategic Studies**, Tokyo: National Institute for Defense Studies, v. 26, n. 4, p. 47-82, 2010.

MILAN, Marcelo. A Crise Financeira e a Hegemonia do Dólar. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**; Porto Alegre, v.1, n.1, p. 133-148, Jan-Jun, 2012.

MONTGOMERY, Evan Braden. Contested Primacy in the western Pacific: China's Rise and the Future of U.S. Power Projection. **International Security**, Cambridge, v. 38, n. 4 p.115-149, Spring 2014.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as Nações**: a luta pelo poder e pela paz. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Diplomacia Presidencial de Barack Obama. **Meridiano 47**, v. 10, n. 105, p. 8-11, 2009.

POSEN, Barry R. The Rise of Illiberal Hegemony. In: **Foreign Affairs**, New York, mar./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2018-02-13/rise-illiberal-hegemony>>.

POSEN, Barry. Command of the Commons: the military foundation of U.S hegemony. **International Security**, Cambridge, v. 28, n. 1, p. 5-46, 2003.

VISENTINI, Paulo G. F. **As Relações Diplomáticas da Ásia**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

VOGEL, Ezra; YUAN, Ming; TANAKA, Akihiko. **The Golden Age of U.S.-China-Japan Triangle: 1972-1989**. Cambridge: Harvard University Asia Center, 2002.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. New York: McGraw Hill, 1979.

Recebido em: Agosto/2018.

Aprovado em: Dezembro/2018.